

Delane Lima Nogueira<sup>1</sup>

Universidade Estadual do Ceará – delanenogueira@yahoo.com.br

Isabel Maria Sabino de Farias<sup>2</sup>

Universidade Estadual do Ceará – beiasabino@terra.com.br

**A identidade docente, como as demais, se constrói em um determinado contexto, em um determinado tempo histórico, adquirindo novas características para responderem as novas demandas da sociedade, portanto, não é um dado imutável. (LIMA, 2002, p. 40).**

### Introdução

O artigo aborda numa perspectiva histórica a profissão docente como tema de política educacional. Tomando como referência o contexto cearense da década de 1930 e a análise documental, apresenta resultados de investigação exploratória sobre o discurso governamental acerca do ser professor nesse período.

Para compor um retrato das políticas educacionais relacionadas à profissão docente, assim como estabelecer um paralelo entre as orientações expressas e as ações efetivadas pelo Poder Público, foram analisadas duas fontes: as mensagens governamentais e o relatório republicano da época. As mensagens governamentais são documentos oficiais apresentados pelo chefe do Poder Executivo à Assembléia Legislativa, onde este presta conta das ações desenvolvidas pelo seu governo durante o ano anterior ao da data da publicação. Durante a coleta deste documento percebeu-se que entre os anos de interventoria<sup>3</sup> as ações governamentais eram apresentados em forma de relatório dirigido ao Presidente da República, Getúlio Vargas. O relatório, portanto, possui o mesmo teor das mensagens.

Foram utilizados quatro documentos, sendo três mensagens referentes aos anos de 1930, 1936 e 1937 e um relatório que abrangia o período de 1931 a 1934. Tomando o professor como foco principal da investigação, a análise destacou aspectos que retratassem a realidade vivida naquela época pelos docentes cearenses, tais como: as instituições formadoras, a forma de ingresso no magistério, as exigências para o exercício da profissão e as condições de trabalho.

Conhecer a profissão docente no Ceará da década de 1930 requer, de antemão, compreendê-la como uma prática situada em um tempo e espaço cujos contornos precisam ser explicitados visando perceber suas vinculações com o modo

de pensar e viver a profissão no período. É nesta direção que seguem as reflexões sistematizadas no próximo tópico.

## O Ceará no Período Getulista – um Mapa da Situação Educacional

O que se sucede durante os anos 1930 no campo educacional cearense é fruto de iniciativas que tiveram seu nascedouro na década anterior, quando se assistiu um intenso movimento de reformas. O Ceará vive fecundas inovações nesse momento, merecendo destaque a Reforma da Instrução Pública encetada por Lourenço Filho. É o que deixa transparecer uma passagem da Mensagem de 1930 ao afirmar que “*com a reforma de 1922, a instrução publica primaria do Estado tomou nova feição... Actualmente, o Director Geral da Instrução está fazendo experiências nos grupos da capital, para a adopção dos methodos da chamada Escola Nova*” (CEARÁ, 1930, p.10).

Embora para alguns autores, a exemplo de Nogueira (2001), esta reforma<sup>4</sup> não tenha se tornado consistente, nem durado muito tempo, tão pouco suscitado mudanças, a compreensão do que se passou a partir de 1930 no cenário educacional cearense não pode desconsiderar sua repercussão. As constantes referências a essa iniciativa nos documentos analisados reforçam sua centralidade na cena educativa dos anos subseqüentes.

O Ceará durante os anos de 1930, a exemplo do país, registra uma expansão da rede escolar tanto no que se refere ao número de escolas e de matrículas quanto de professores. Esta situação, de acordo com Vieira (2002, p.198), está em sintonia com uma “tendência geral de expansão do sistema escolar” no país, traduzindo, “sobretudo por parte das camadas médias da população, um reconhecimento do papel da educação numa sociedade em processo de urbanização”. Prosseguindo em sua análise a referida autora acrescenta que “o Ceará acompanha o movimento brasileiro de busca pela escola”.

Se esta é uma marca do período, cabe ressaltar que os documentos analisados são pródigos no registro das dificuldades enfrentadas pelo Poder Público no que diz respeito ao cumprimento de suas responsabilidades com a educação. Todas as mensagens relativas a este período histórico destacam a falta de verbas para serem aplicadas na educação. Este é um discurso bastante recorrente nos documentos estudados.

A transferência das escolas municipais para o Estado prevista pelo Decreto nº. 343 de 31 de dezembro de 1931 parece não ter minimizado esta situação, mesmo com a de-

terminação exposta por Carneiro de Mendonça, afirmando que “para auxiliar o custeio desses serviços, consideravelmente aumentados, os municípios, na forma do art. 29 de Agosto de 1931, ficaram na obrigação de concorrer com 10% de sua renda, cuja importancia é recolhida aos cofres do Estado” (CEARÁ, 1936, p.71).

Os textos analisados não permitem perceber se os dispositivos acerca do repasse das escolas e das verbas se concretizaram. Contudo, são contundentes as declarações de falta de condições expressas nos documentos oficiais. O Estado afirma conhecer a necessidade de se investir no campo da educação pública, mas justifica que a escassez de recursos tem impossibilitado a melhoria e ampliação das ações educativas.

De acordo com o governador Menezes Pimentel, em sua fala na Mensagem do ano de 1936, há muito tempo a situação é a mesma. O último recenseamento da população escolar, realizado em 1923 durante o período que a *Instrução Pública* foi dirigida pelo professor Lourenço Filho, constatou a grande desproporção entre o número de escolas e o de crianças em idade de frequentá-las. Além disso, a maioria das instituições encontrava-se em situações precárias. É o que mostra um trecho da mensagem de 1930 ao dizer que devido às péssimas condições sanitárias de certos prédios, onde funcionavam algumas escolas isoladas e a motivos de ordem pedagógica, foram reunidas diversas escolas, sendo no município de Fortaleza, as da praça Gonçalves Ledo e da Prainha e, no interior, as da Boa Viagem, Limoeiro, União, Guaramiranga, Jardim, Trahiry, Mulungú e Aracoyaba. Installaram-se dois grupos escolares, um em Pacatuba, outro em São Bernardo das Russas, tendo os respectivos prefeitos adaptado prédios para o seu funcionamento. (CEARÁ, 1930, p. 11).

Como se vê, a falta de escolas em quantidade suficiente para atender a população em idade escolar é uma das maiores dificuldades enfrentadas pela educação cearense no início da década de 1930. O mais grave, retomando a argumentação do governador Menezes Pimentel, é que embora o “censo da população escolar” não fosse realizado há mais de dez anos, “temos todos os elementos de convicção para afirmar que não nos encontramos hoje em condições mais satisfatórias do que naquele tempo” (CEARÁ, 1936, p.17-18). Esta posição é confirmada noutra trecho da mensagem governamental que descreve a real situação vivenciada pelas instituições escolares em 1936.

Mesmo na Capital do Estado, não são totalmente satisfatórias as condições do ensino primário estadual. Ha escolas públicas, não só mal instaladas em prédios impró-

prios, muitas vezes numa sala de dimensões exíguas, sem conforto e sem higiene, como também desprovidas do mobiliário e do material didático imprescindíveis; e é claro que, funcionando em ambiente anti-higiênico e anti-pedagógico, essas escolas negam, por si mesmas, a alta finalidade social a que se destinam.

Mesmo alguns dos grupos escolares e escolas reunidas de Fortaleza, como o da Fênix Caixeiral e as escolas reunidas do Arraial Moura Brasil e da Prainha, por exemplo, não oferecem condições satisfatórias de instalações, apertando-se condenavelmente em prédios impróprios. Se é essa a situação na Capital do Estado, pode-se bem imaginar o que vem a ser a mesma nos recantos mais afastados do interior, sobretudo no que se refere às escolas de entrância inferior. (CEARÁ, 1936, p.21).

Como se percebe, as deficiências do ensino não se encontram apenas na falta de instituições escolares suficientes para atender a população, mas também em outras questões estruturais, como a falta de condições básicas nos prédios escolares, e a falta de aparelhamentos necessários para um ensino adequado.

A Constituição de 1934, de cunho liberal-democrática, dispôs a educação como direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos. Contrastando com a Carta Magna, a fala registrada na mensagem de 1936 permite perceber que há tempos o governo não tem exercido a envergadura de ofertar a educação para todos, descumprindo assim a sua responsabilidade constitucional.

Em diversas passagens dos textos analisados é expresso, de modo claro e direto, que as necessidades advindas da população educacional não eram ainda supridas. O governo, acusando a falta de recursos, não apontava possibilidades para reverter este quadro.

O professor naqueles idos convivia com os reflexos das condições asseguradas pelo Poder Público local. A precariedade das instituições de ensino, bem como a falta de materiais e apoio pedagógico para uma boa prática educativa eram evidentes. As reformas advindas do governo longe estavam de solucionar os problemas que a rede escolar pública emergente apresentava. Contraditoriamente, é nesse contexto de poucos investimentos em educação que elementos decisivos na constituição da profissão professor no Estado vão ser delineados, conforme será destacado a seguir.

## A Construção da Profissão Professor no Cenário Educacional Cearense

No processo de construção da profissão docente um dos primeiros passos é a preparação devida para atuar no magis-

tério. Nesse contexto, as instituições responsáveis pela formação específica dos profissionais da educação ocupam lugar de destaque, visto que são elas as principais responsáveis pela constituição de uma cultura voltada para o trato educativo.

No Ceará, a primeira tentativa de se criar uma escola destinada a essa função partiu de José Martiniano de Alencar, presidente da província entre os anos de 1834 a 1837, através da Lei nº 91, de 5 de outubro de 1837. Contudo, devido à falta de condições financeiras e estruturais a idéia não pôde ser concretizada. Somente após quarenta e um anos, durante o governo de José Júlio de Albuquerque e Barros, foi instituída a primeira Escola Normal do Ceará. Criada em 1878, através da Lei nº 1.790, a instituição só foi inaugurada no dia 23 de março de 1884.

Durante a década de 1920, devido às necessidades de ampliação da Escola Normal, o Presidente do Estado, Dr. Justiniano de Serpa autorizou a construção de um novo edifício para o desempenho das atividades da escola. Desde a sua fundação, a Escola Normal passou por várias denominações, entre elas: Escola Normal Justiniano de Serpa e Escola Normal Pedro II.

Com a Reforma da Instrução Pública, a Escola Normal Pedro II passou a abrigar duas instituições anexas: a Escola Complementar e a Escola Modelo. A Escola Complementar tinha a função de receber os alunos das escolas reunidas ou dos grupos escolares que, interessados em ingressar no magistério primário, preparavam-se durante dois anos para prestar o exame de admissão, podendo ingressar assim na Escola Normal. A Escola Modelo, por sua vez, era um grupo escolar que servia como escola de aplicação para os futuros professores.

Muitos desejavam se formar neste novo modelo de instituição cearense, mas o ingresso na Escola Normal não era tarefa das mais simples. De acordo com Nogueira (2001, p.167), a matrícula para a escola era em 50% (cinquenta por cento) ofertada aos alunos que tivessem alcançado as melhores classificações no curso da Escola Complementar. As vagas remanescentes eram preenchidas através dos exames de suficiência, que admitiam ou não, de acordo com a oferta, os alunos interessados em ingressar na escola.

A Escola Normal cearense realizou um papel fundamental na construção da profissão docente do Estado, ao propiciar a disseminação de idéias e fazeres próprios ao ofício do professor, sobretudo daqueles que deveriam atuar no ensino elementar.

Assim como a educação de um modo geral, durante os anos de 1930 as instituições de formação também enfrenta-

ram dificuldades. A única escola pública para formação de professores da capital era a Escola Normal Pedro II. Deste modo, como já se pode imaginar, as vagas ofertadas não atendiam à demanda da população preocupada em formar-se para o magistério. Muitos dos interessados não possuíam condições financeiras para ingressar em institutos particulares.

A mensagem de 1937 (CEARÁ, 1937, p.37) apresenta esta situação, dizendo que anualmente a escola era procurada sempre por um número de candidatas que excedia os limites da matrícula normal. Segundo Menezes Pimentel, o governo procurava resolver o problema através da instituição de turmas suplementares, em cada ano do curso, mas essa situação apresentava vários inconvenientes, entre eles o aumento de despesas do Estado, que dizia não possuir renda equivalente para tal exercício.

Percebe-se claramente em trechos expressos nas mensagens governamentais a realidade vivenciada durante o período em questão:

No ano lectivo de 1929, matricularam-se 89 alunos no Curso Normal, 74 no Complementar e 205 no da Escola Modelo, tendo sido eliminadas respectivamente, 2, 3 e 9 e aprovadas 70, 61 e 171. (CEARÁ, 1930, p.13).

Este ano, a matrícula total se elevou, como vimos acima, a 492 alunas, no curso secundário, e a 167, no técnico, excedendo os números registrados em 1935. E ainda assim não foi atendida a procura de inscrição, visto como, de 203 candidatas aprovadas no exame de admissão, somente 100 foram admitidas á matrícula no primeiro ano da Escola. (CEARÁ, 1936, p.44-45).

Este ano, já a matrícula subiu ao total de 1.192, nos diferentes cursos da Escola. Só no 1º ano secundário, equiparado ao curso ginásial, inscreveram-se 104 alunas, tendo prestado exames 307, das quais 237 foram aprovadas; 134 delas ficaram, pois, sem possibilidade de se matricular, pela falta de vagas. (CEARÁ, 1937, p.36).

Como se vê, as falas são contundentes no que se referem à situação enfrentada pelo ensino normal. Não havia espaço nem mesmo para matricular o número total de alunas aprovadas pelos exames de admissão. Além da falta de vagas, a Escola Normal também enfrentava outras dificuldades. De acordo com a Mensagem de 1930, logo quando foi inaugurado o novo prédio, no ano de 1923, a escola dispunha de uma excelente estrutura para o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas, estando aparelhada com o melhor material do Estado (CEARÁ, 1930, p.13). Com o passar dos anos e o aumento de matrículas, o espaço foi tornando-se insuficiente. No ano de 1937 a estrutura física já

não mais comportava o número de alunos que vinha recebendo, conforme revela a passagem transcrita:

“... a Escola não está aparelhada, nem quanto ao número de salas de aula, nem quanto ao material e mobiliário, para a matrícula excessiva que vem recebendo, e muito menos para suportar ainda maior aumento em o número de alunas que devem freqüentá-la. Construída ainda em 1923, ha quatorze anos de distancia, ela não comporta rigorosamente, ao nosso ver, mais de duas turmas de 50 alunas em cada ano, ou seja, nos cursos secundário e normal, um total de 600 moças” (CEARÁ, 1937, p.37).

*O Estado, declarando não ter recursos, apontava alguns caminhos para resolver a situação anteriormente descrita. De acordo com o relator da mensagem de 1937, a solução seria **aumentar o prédio e dotá-lo de maior quantidade de mobiliário e material didático, ou restringir a matrícula aos limites compatíveis com as proporções do edifício e com os recursos financeiros do Estado** (Ibidem. Grifos nossos).*

A restrição do número de vagas aparece como uma medida viável e que atende ao interesse do Poder Público haja vista que sua defesa ocorre na esteira de uma forte argumentação sobre o excesso de professores formados no Estado. É o que deixa entrever um trecho da Mensagem de 1936 em que o governo afirma que a Escola Normal Pedro II e as instituições particulares a ela equiparadas preparavam, *sem dúvida, ano a ano, grande número de professoras diplomadas em quantidade mesmo excedente às necessidades do Estado* (CEARÁ, 1936, p.32). A afirmação parece suscitar a idéia de que, se o número atendia às necessidades do Estado, as escolas primárias estaduais estariam providas de educadoras qualificadas para o desempenho da função. Entretanto, é preciso considerar que naqueles idos a Escola Normal apresentava-se como espaço de formação de jovens advindas, sobretudo das classes mais abastadas, muitas das quais não tinham interesse em ser professora. De acordo com a mensagem de 1936,

*... parte considerável das escolas do interior não está provida de diplomadas pêlos estabelecimentos normais, tendo o Estado necessidade de recorrer, para preenchê-las, como já o tem feito, a professoras provisórias, sem o curso técnico de especialização para esse fim. Evidentemente, o ensino, entregue a tais elementos, por maior que seja o seu esforço, a sua*

*dedicação e a sua boa vontade, não pode ter a eficiência que seria de desejar (CEARÁ, 1936, p.33).*

Como se vê, embora o Poder Público declarasse haver normalistas suficientes para atender toda a população escolar, muitas eram as escolas interioranas que se ressentiam de professoras qualificadas para esta atividade. Tal situação levava o governo do Estado a contratar professoras sem a devida formação para o trato com a educação primária.

Na mensagem de 1936 encontram-se algumas explicações para a falta de professoras habilitadas ao ensino no interior do Estado. Entre elas destaca-se a questão de ordem econômica. Menezes Pimentel afirma que:

*Não seduz á professora néo-diplomada, recém-saída dos colégios que freqüentou, onde vivia num ambiente de relativo conforto e de cultura; aventurar-se a penetrar os recantos esquecidos da civilização, para entregar-se ás asperezas e desconfortos do meio, mediante uma remuneração escassa, nem sempre suficiente para a sua manutenção, se ela não tem, nos lugares aonde vai, pessoas de sua família, ou de suas relações, que a obriguem. (CEARÁ, 1936, p.33). (Grifos nossos).*

A fala transcrita destaca a baixa remuneração como um dos elementos que desestimulavam o exercício do magistério, especialmente no interior do Estado. Outro aspecto a ser considerado está no fato de que a formação recebida pelas educandas durante o curso normal não se adequava às exigências dos meios rurais. Assim, impulsionado pelo movimento de ruralização do ensino, se avoluma idéias em defesa da criação de um espaço de formação voltado para as demandas do campo. É neste contexto que, em 1934, foi instituída a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, estabelecimento pioneiro no Brasil na formação de professores para a educação no campo.

Esta instituição, instalada pelo Diretor da Instrução Pública no Ceará, Dr. Joaquim Moreira de Souza, tinha como meta primordial formar professores esclarecidos quanto às necessidades da educação para as zonas rurais. O idealizador justifica em sua fala a importância representada por esse estabelecimento de formação:

*A criação da Escola Normal Rural originou-se do desejo que tenho de ver modificada a mentalidade do nosso professor primário, atualmente hiperurbanizado, em virtude da orientação errônea impressa na escola formadora de mestres, onde se prepara só professor de*



cidade [...] Era preciso modificar isso, cuidando do preparo especial do professor da roça, afim de identificá-lo com os costumes da gente sertaneja, cujas necessidades deve conhecer, tornando-se elemento de fixação do homem, na terra que lavra e de onde tira a subsistência (SOUSA, 1934, p.79).

O Diretor do Departamento da Educação também relata o interesse *em atender carinhosamente* ao problema do ensino no sertão:

O Departamento Geral da Educação empenha-se vivamente na obra de ruralização do ensino primário no interior do Estado. Pareceu-lhe que não bastava, para as massas camponesas, a simples tarefa alfabetizadora. Impunha-se, concomitantemente, fazer, de cada escola sertaneja, um núcleo de preparação do homem para os embates do meio. Por outras palavras: Insuficientes eram, na educação popular, as técnicas da leitura, da escrita e do cálculo. Cumpria plasmar, nas gerações novas do interior cearense, uma mentalidade: a mentalidade de amor á terra, numa tarefa de fixação do homem ao seu habitat. Era sobretudo preciso aparelhar a juventude sertaneja e serrana para a obra ciclópica de resistência aos flagelos climatéricos. Melhor: a escola devia transformar-se na forja de homens que pudessem vencer, sorrindo, a natureza cearense, transformando-à e enriquecendo-à. A escola, mais do que outro qualquer fator, podia colaborar no combate ao fenômeno urbanista, e lançar os alicerces de uma civilização ruralista, ao movimento de ruralização do ensino primário no interior do Estado (CEARÁ, 1937, p.31)

Esta experiência pedagógica pioneira veio imprimir à formação docente um caráter particular: a aprendizagem de técnicas elementares da educação primária articulada aos saberes necessários para a vida no campo. A experiência vivenciada pela Escola Normal Rural de Juazeiro impulsionou a criação de outras instituições com a mesma função. Ainda nos idos dos anos 30, foram fundadas a Escola Normal Rural de Limoeiro do Norte (1938); o Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Quixadá (1938); o Colégio Senhora Santana, em Iguatú (1939), entre outras.

Foi em meio a todo esse movimento que a profissão professor se constituiu. A preocupação com a formação docente no Ceará ganha espaço na agenda da política educacional. Como assinala uma das mensagens analisadas, durante a década de 1930, a instrução pública do Estado

atravessava por uma *phase intensa de trabalhos e progressos constantes*. As tendências pedagógicas e os novos métodos de ensino defendidos por Fernando de Azevedo começavam a infundir no professorado um *espírito novo, claro e definido*. (CEARÁ, 1936, p.67).

Se a formação docente durante o Estado Getulista no Ceará conviveu com avanços e problemas diversos, o exercício da profissão também desvelou aos educadores primários outros desafios. Após se diplomarem, os egressos das escolas normais iriam vivenciar na prática os saberes aprendidos durante os anos de formação para o magistério. Muitos, na maioria mulheres, desejavam seguir a carreira. Outros, porém, não possuíam o mesmo interesse.

O ingresso no magistério durante o período em análise ocorria através de duas maneiras: nomeação ou concurso. Mas para concorrer a este acesso era necessária a diplomação advinda da Escola Normal ou dos institutos a ela equiparados. Contudo, nem todos os professores em exercício cumpriam a regra, pois, muitas vezes a quantidade de professoras diplomadas dispostas a exercerem a profissão não atendia às necessidades reais. A despeito dessa situação, nota-se o esforço em estabelecer regras para o provimento das funções docentes. Este procedimento, de acordo com uma das mensagens analisadas, visava assegurar que as instituições escolares fossem providas de professores capacitados ao ato de ensinar, *evitando assim que a profissão fosse professada oficialmente por quem não estivesse á altura de ministra-la*. (CEARÁ, 1936, p. 72). A definição de critérios para o ingresso no magistério, bem como para o seu exercício, constituem elementos importantes na construção da profissão professor no Estado.

Segundo Carneiro de Mendonça, em idos dos anos de 1930 a maioria dos professores primários do Ceará estavam *á altura da missão que desempenhavam, havendo mesmo quem servisse ao magisterio com verdadeira abnegação e sacrificio sem par e sem remuneração compensadora*. (CEARÁ, 1936, p. 68).

Era justamente esta a situação enfrentada pelos professores primários cearenses. Muitos deles dedicavam-se acirradamente à profissão, que geralmente não lhe atribuía recompensas satisfatórias. O interventor cearense parecia reconhecer a importância que a classe adquiria dentro da sociedade, mas, como se vê no trecho citado, a remuneração conferida ao professorado ainda não condizia com o merecido.

### Profissão Professor: Desafios de Ontem e de Hoje

O contato com os documentos oficiais analisados durante a pesquisa serviu como fio condutor para o processo

de retorno ao passado. Além de retratar a situação do cenário educacional cearense, a leitura e análise das Mensagens Governamentais e do Relatório Republicano permitiu compor um quadro da profissão professor durante a década de 1930, mas, sobretudo, perceber como alguns problemas que já eram presentes naquele período ainda hoje perduram.

Muitas eram as dificuldades que circundavam o cenário educacional cearense, contexto em que se insere a profissão professor. Um dos aspectos mais ressaltados nos documentos analisados foi a falta de escolas primárias suficientes para atender a população em idade escolar. Das instituições escolares existentes, grande parte apresentava-se em condições físicas duvidosas para a prática educativa. Como se viu, as instituições de ensino primário não ofereciam condições satisfatórias para a promoção de uma educação de qualidade. Os prédios eram precários e os recursos didáticos eram reduzidos.

Atualmente, a organização do ensino público está mais definida, embora ainda existam instituições atuando com precariedade em termos de qualidades estruturais. Muitas escolas apresentam espaços físicos deficientes e pouca disponibilidade de recursos didáticos, dificultando assim as condições de trabalho dos professores. Este certamente é um dos problemas de ontem que permanecem na atualidade. Assim como no passado, o Poder Público declara buscar alternativas para solucioná-los, sem, contudo, obter grandes êxitos. O compromisso e a vocação (feminina e missionária) sustentam o discurso governamental em torno do magistério, que não aparece como prioridade na agenda política da época. Nesse sentido, não seria leviano dizer que no Ceará getulista a abnegação e o amor constituem o fermento sob o qual se ergue o magistério e se estrutura a profissão docente. Hoje certamente há uma maior preocupação no sentido de assegurar o ingresso de pessoas qualificadas para o magistério. Se esse aspecto constitui elemento de avanço, questões como a baixa remuneração ainda perduram.

A imagem da profissão professor vem passando por uma crescente desvalorização social. Hoje em dia os educadores constituem uma classe profissional desprestigiada em meio a tantas outras. Recuperar o valor social da profissão professor, assim como traduzi-lo em termos econômicos, apresenta-se como um desafio à agenda educativa brasileira, em especial cearense.

### Referências Bibliográficas

CASTELO, Plácido Aderaldo. **História do Ceará**. Monografia nº 22. História do Ensino no Ceará. Coleção do Instituto do Ceará. Fortaleza: departamento de Imprensa Oficial, 1970.

CEARÁ. **Mensagem apresentada á Assembléia Legislativa em 1º de julho de 1937 pelo Governador do Estado Dr. F. de Menezes Pimentel.** Fortaleza: Imprensa oficial, 1937.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 1º de julho de 1936 pelo governador do Estado Dr. F. de Menezes Pimentel.** Fortaleza: Imprensa oficial, 1936.

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Presidente da República pelo Interventor Federal, Capitão Roberto Carneiro de Mendonça:** 22 de setembro de 1931 a 5 de setembro de 1934. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1936.

LIMA, M. S. L. e SALES, J. O. C. B. **Aprendiz da prática docente:** a didática no exercício do magistério. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

NOGUEIRA, Raimundo Frota de Sá. **A prática pedagógica de Lourenço Filho no Estado do Ceará.** Fortaleza: Edições UFC, 2001.

PEIXOTO, José Carlos de Matos Peixoto. **Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado do Ceará à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da Décima Legislatura.** Fortaleza: Typographia Gadelha, 1930. 58p.

SOUSA, Joaquim Moreira de. **Por uma escola melhor.** Relatório apresentado por ocasião do 6º Congresso Nacional de Educação. Fortaleza-Ceará: Imprensa Oficial, 1934.

VIEIRA, S. L. **História da educação no Ceará:** sobre promessas, fatos e feitos. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

## NOTAS

<sup>1</sup> delanenogueira@yahoo.com.br

<sup>2</sup> beiasabino@terra.com.br

<sup>3</sup> Após a revolução de 1930, os interventores assumiram os governos dos Estados como representante do presidente da república. Tinham por função 'garantir' os ideais da 'revolução', exercendo os poderes Executivo e Legislativo em cada unidade da federação até que houvesse a reconstitucionalização do país (Farias, 1997).

<sup>4</sup> Para Nogueira (2001, p, 194) a reforma promovida por Lourenço Filho "resultou de uma decisão do poder, que embora mereça o justo reconhecimento da valiosa contribuição prestada à educação no Ceará, representa também a conquista do prestígio político e da afirmação no poder. Foi uma reforma que não surgiu de uma motivação popular... mas de um ato administrativo governamental. Visava uma mudança na educação, sim, mas teve como geratriz uma decisão da autoridade do governo central do Estado".